

(Provisório)

Sumário

PARTE 1
LEI Nº 14.133/2021

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	43
CAPÍTULO I – DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI	43
1 LICITAÇÃO PÚBLICA	44
1.1 RESUMO HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO LICITATÓRIA NO BRASIL	45
1.1.1 Textos normativos de destaque na legislação licitatória, até meados do Século XX.....	45
1.1.2 A modelagem inaugurada com o Decreto-lei nº 200/1967.....	49
1.1.3 O decreto-lei nº 2.300/1986 e o início do Modelo Maximalista	52
1.1.4 O ciclo da Lei nº 8.666/93	54
1.1.5 Administração pública, a seleção de fornecedores e a aprovação da Nova Lei de Licitações.....	58
1.2 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	61
1.3 COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	62
1.3.1 Competência legislativa e autonomia administrativa	64
1.3.2 Não exaurimento da competência legislativa privativa.....	64
1.4 NORMAS MATERIALMENTE GERAIS X NORMAS MATERIALMENTE ESPECÍFICAS....	66
1.5 CARÁTER GERAL DAS NORMAS E COMPETÊNCIA PARA REGULAMENTAÇÃO	70
1.6 NORMAS FEDERAIS DE CARÁTER ESPECÍFICO E CONSTITUCIONALIDADE.....	71
1.7 PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DE LICITAR EM SUAS PERSPECTIVAS BUROCRÁTICA, DEMOCRÁTICA E SUBJETIVA	71
1.7.1 EXCEÇÕES AO Princípio da obrigatoriedade.....	73
1.7.2 EXCEÇÕES AO Princípio da obrigatoriedade e competência legislativa	74
1.8 ASPECTOS DE TEORIA ECONÔMICA DAS LICITAÇÕES NO CASO BRASILEIRO.....	74
1.9 DESTINATÁRIOS DAS REGRAS LICITATÓRIAS.....	78
1.9.1 Fundos especiais.....	78
1.9.2 Entidades controladas	79
1.9.3 Serviços Sociais Autônomos	79
1.9.4 Organizações Sociais (OS)	79
1.9.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).....	80
1.9.6 Estatais	82
1.10 LICITAÇÕES COM RECURSOS PROVENIENTES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS	82
1.10.1 Origem internacional dos recursos.....	83
1.10.2 Competência do Congresso Nacional	83
1.10.3 Mitigação das regras licitatórias e captação parcial de recursos	84

1.10.4	Mitigações e exigências do doador	84
1.10.5	Mitigações e respeito aos princípios constitucionais	85
1.10.6	Licitações internacionais e vedação a países específicos	85
1.10.7	Recursos internacionais e aprovação pelo parecerista jurídico	86
2	OBJETO DA LICITAÇÃO.....	86
2.1	OBJETO DA LICITAÇÃO X PRETENSÃO CONTRATUAL	86
3	HIPÓTESES DE NÃO SUBMISSÃO AO REGIME LICITATÓRIO E CONTRATUAL.....	87
3.1	CONSEQUÊNCIAS DA NÃO SUBMISSÃO AO REGIME LICITATÓRIO E CONTRA- TUAL	87
3.2	CARÁTER EXEMPLIFICATIVO DO ELENCO	88
4	MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	89
4.1	DA NÃO APLICAÇÃO DAS REGRAS DA LC 123/2006.....	89
	CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS.....	91
5	PRINCÍPIOS.....	91
5.1	LEGALIDADE	92
5.2	IMPESSOALIDADE.....	95
5.3	MORALIDADE	96
5.4	PUBLICIDADE.....	97
5.4.1	Publicidade e Lei de Acesso à Informação	97
5.5	EFICIÊNCIA.....	98
5.6	INTERESSE PÚBLICO.....	100
5.7	PROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	101
5.8	IGUALDADE	102
5.9	PLANEJAMENTO	103
5.10	TRANSPARÊNCIA	104
5.11	SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	105
5.12	MOTIVAÇÃO	107
5.13	VINCULAÇÃO AO EDITAL	107
5.14	VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E FORMALISMO MODERADO.....	107
5.14.1	Lei nº 13.726/18 e a racionalização de atos e procedimentos administrati- vos.....	108
5.14.2	Selo de Desburocratização e Simplificação	109
5.15	JULGAMENTO OBJETIVO.....	109
5.16	SEGURANÇA JURÍDICA	110
5.17	RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE	110
5.18	COMPETITIVIDADE	112
5.19	DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.....	112
5.20	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	113
	CAPÍTULO III – DAS DEFINIÇÕES.....	113
6	DEFINIÇÕES LEGAIS	120

CAPÍTULO IV – DOS AGENTES PÚBLICOS.....	121
7 LICITAÇÕES E DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS	122
7.1 DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	124
7.2 SEGREGAÇÃO DE RESPONSABILIDADES	124
8 AGENTE DE CONTRATAÇÃO.....	125
8.1 DA CONDIÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO OU DE EMPREGADO PÚBLICO.....	127
8.1.1 Complexidade da questão diante da realidade brasileira.....	128
8.2 AGENTE DE CONTRATAÇÃO E O DECRETO FEDERAL N º 11.246, DE 2022.....	129
8.2.1 Atribuição do agente de contratação e o regulamento federal.....	130
8.3 CESSÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO OU PREGOEIRO	132
9 AGENTE PÚBLICO E VEDAÇÕES	132
10 DEFESA DOS AGENTES PÚBLICOS PELA ADVOCACIA PÚBLICA	133
10.1 IMPORTÂNCIA DO ESTABELECIMENTO DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL PELO ÓRGÃO DE ADVOCACIA PÚBLICA	135
10.2 DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL E RESPONSABILIDADE DA ADVOCACIA PÚBLICA PELA NECESSIDADE DE DEFESA.....	136
10.3 DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL E ATOS PRATICADOS POR AGENTE DE CONSELHOS PROFISSIONAIS	137
10.4 CONSTITUCIONALIDADE DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRA- JUDICIAL PELA ADVOCACIA PÚBLICA	137
10.5 DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO EM FACE DA ORIENTAÇÃO JURÍDICA DIFERENTE DA INDICADA PELO ARTIGO 53.....	138
TÍTULO II – DAS LICITAÇÕES	139
CAPÍTULO I – DO PROCESSO LICITATÓRIO	139
11 DOS OBJETIVOS DO PROCESSO LICITATÓRIO	143
11.1 PROPOSTA MAIS VANTAJOSA (VANTAJOSIDADE).....	143
11.2 TRATAMENTO ISONÔMICO E JUSTA COMPETIÇÃO.....	144
11.3 EVITAR SOBREPREÇO, PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS E SUPERFATU- RAMENTO.....	144
11.4 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.....	145
11.5 DA GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES	146
11.5.1 Governança das contratações federais e normatização federal (Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021).....	146
12 ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	152
12.1 DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL	152
12.2. DECRETO FEDERAL Nº 10.947/2022 E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA).....	153
13 PUBLICIDADE E ACESSO AOS ATOS DO PROCEDIMENTO.....	154
14 VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	154
14.1 VEDAÇÃO DECORRENTE DE SANÇÃO E O REFLEXO EM TERCEIROS.....	155
14.2 VEDAÇÃO E AUTORIA DOS PROJETOS	155
14.3 VEDAÇÃO E CONTRATAÇÕES PARCIALMENTE FINANCIADAS POR AGÊNCIA OFICIAL DE COOPERAÇÃO ESTRANGEIRA OU POR ORGANISMO FINANCEIRO INTERNACIONAL.....	156

15	PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS NAS LICITAÇÕES	156
15.1	LIMITAÇÃO AO NÚMERO DE EMPRESAS NO CONSÓRCIO	158
15.2	ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO	158
15.3	REGULARIDADE JURÍDICA DO CONSÓRCIO	160
16	PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS NAS LICITAÇÕES	160
16.1	CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS E IN 05/2017 (EXPOSIÇÃO ILUSTRATIVA)	161
16.2	COOPERATIVAS DE TRABALHO E A LEI Nº 12.690/2012	162
17	DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO	163
17.1	DO FORMATO ELETRÔNICO OU PRESENCIAL	164
17.2	DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA.....	165
17.3	DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÕES.....	165
	CAPÍTULO II – DA FASE PREPARATÓRIA	165
	SEÇÃO I – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO.....	165
18	DA FASE PREPARATÓRIA DO PROCESSO LICITATÓRIO.....	172
18.1	DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	173
18.1.1	Estudo Técnico Preliminar e a Instrução Normativa SEGES Nº 58/2022	176
18.1.2	Da (não) obrigatoriedade de elaboração do Estudo Técnico Preliminar	179
18.1.3	ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO NO ETP	182
18.2	DEFINIÇÃO DO OBJETO.....	183
18.3	TERMO DE REFERÊNCIA.....	183
18.3.1	Termo de Referência e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81 de 25 de novembro de 2022	184
18.3.2	Sistema TR digital	186
18.3.3	Exceções à elaboração do TR e IN 81-2022	187
18.4	PROJETO BÁSICO.....	188
18.4.1	Projeto básico e elementos mínimos.....	188
18.5	ANTEPROJETO DE ENGENHARIA	191
18.6	PROJETO EXECUTIVO	192
18.7	ANÁLISE DE RISCOS	193
18.8	A ANÁLISE DE MERCADO COMO COMPONENTE DE APERFEIÇOAMENTO DO PLANEJAMENTO.....	193
19	DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO COM COMPETÊNCIAS REGULAMENTARES.....	194
19.1	DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS.....	194
19.2	<i>BUILDING INFORMATION MODELLING – BIM</i>	195
19.3	DECRETO Nº 11.888/2024 E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DISSEMINAÇÃO DO <i>BUILDING INFORMATION MODELLING (BIM)</i>	196
20	DA VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE LUXO.....	197
20.1	CONCEITO ELASTICIDADE-RENDA DA DEMANDA.....	198
20.2	BENS DE CONSUMO X BENS PERMANENTES	199
21	AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONSULTA PÚBLICA	200

22	MATRIZ DE RISCOS.....	200
22.1	TAXA DE RISCOS	202
23	ESTIMATIVA DE PREÇOS (PESQUISA DE PREÇOS).....	202
23.1	PREÇO DE REFERÊNCIA, PREÇO DE MERCADO E PREÇO TRANSACIONAL	202
23.2	FUNÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS	204
23.3	INEXATIDÃO DAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS (PESQUISA DE PREÇOS)	205
23.4	PESQUISA DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES.....	206
23.5	PREÇO MÁXIMO X PREÇO ESTIMADO	207
23.6	PESQUISA COM FORNECEDORES.....	208
23.7	OUTRAS FORMAS EFICIENTES PARA ESTIMATIVA DE PREÇOS	209
23.8	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	210
23.9	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS POR MUNICÍPIOS, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	212
23.10	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS	212
23.11	ESTIMATIVA DE PREÇOS E RESPONSABILIDADE.....	213
23.12	ESTIMATIVA DE PREÇOS E A INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 65/2021	214
23.12.1	Critérios de elaboração da pesquisa e precificação dos riscos.....	215
23.12.2	Parâmetros de pesquisa da IN 65/2021.....	215
23.12.3	IN 65/2021 e pesquisa de preços com fornecedores	217
23.12.4	IN 65/2021 e metodologia para obtenção do preço estimado	217
23.12.5	IN 65/2021 e a pesquisa de preços na contratação direta.....	218
23.12.6	IN 65/2021 e contratação de itens de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC	219
23.12.7	Adoção da IN 65/2021 pela administração pública estadual, distrital ou municipal	219
23.12.8	Uso da IN 65/2021 para adesões e para contratações de itens específicos em licitações para SRP com adjudicação por grupo	219
23.12.9	IN 65/2021 e orçamento sigiloso	219
24	ORÇAMENTO SIGILOSO	220
24.1	ORÇAMENTO SIGILOSO PARCIAL	221
24.2	ORÇAMENTO SIGILOSO E PROCEDIMENTO INTERNO	222
24.3	ORÇAMENTO SIGILOSO E ACESSO PELO CONTROLE INTERNO E EXTERNO.....	222
24.4	ORÇAMENTO SIGILOSO COMO OPÇÃO DISCRICIONÁRIA	222
24.5	ORÇAMENTO SIGILOSO E MOMENTO DE DIVULGAÇÃO	224
24.6	ORÇAMENTO SIGILOSO E LEGISLAÇÕES ESTRANGEIRAS	226
24.7	ORÇAMENTO SIGILOSO E ANÁLISE ECONÔMICA.....	227
24.8	ORÇAMENTO SIGILOSO E A POTENCIAL VANTAGEM ECONÔMICA NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	228
24.9	ORÇAMENTO SIGILOSO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO	231
25	EDITAL.....	234
25.1	EDITAL E SIMPLIFICAÇÃO	234
25.2	PADRONIZAÇÃO DE MINUTAS DE EDITAIS.....	235
25.3	ELEMENTOS LOCAIS NA PLANILHA DE CUSTOS	235

25.4	DA DIVULGAÇÃO.....	235
25.5	DA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE.....	236
25.6	DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	239
25.7	DO REAJUSTAMENTO	239
25.8	A EXIGÊNCIA DAS COTAS EM RELAÇÃO À MÃO DE OBRA DO CONTRATO	239
25.8.1	Exigência de percentual mínimo da mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica.....	240
25.8.2	Exigência de cota para mão de obra oriunda do sistema prisional	241
25.8.2.1	Exigência de cota para mão de obra oriunda do sistema prisional e o Decreto nº 9.450/2018.....	241
25.8.2.2	Da complexidade das contratações de serviços como dificultadores da aplicação da regra do decreto	242
25.8.2.3	Da análise de conveniência na utilização das cotas	243
26	DA MARGEM DE PREFERÊNCIA.....	244
26.1	DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL OU TECNOLÓGICA OU ACESSO A CONDIÇÕES VANTAJOSAS DE FINANCIAMENTO	245
26.2	LICITAÇÕES RESTRITAS A BENS E SERVIÇOS COM TECNOLOGIA DESENVOLVIDA NO PAÍS	245
26.3	DECRETO Nº 11.890/2024 E MARGENS DE PREFERÊNCIA.....	245
27	DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS FAVORECIDAS	246
SEÇÃO II – DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO		246
28	MODALIDADES LICITATÓRIAS.....	248
28.1	VEDAÇÃO À CRIAÇÃO OU COMBINAÇÃO DE NOVAS MODALIDADES LICITATÓRIAS.....	249
28.2	MODALIDADES LICITATÓRIAS E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	250
29	CONCORRÊNCIA E PREGÃO	250
30	CONCURSO	251
31	LEILÃO.....	251
31.1	LEILÃO COMUM E LEILÃO ADMINISTRATIVO	252
31.2	LEILÃO ADMINISTRATIVO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS	252
31.3	TIPOS DE LEILÕES (INGLÊS, HOLANDÊS, PRIMEIRO PREÇO, VICKREY, ABERTO E FECHADO).....	253
31.4	CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO	254
32	DIÁLOGO COMPETITIVO	255
32.1	APLICAÇÃO DO DIÁLOGO COMPETITIVO.....	255
32.2	DIÁLOGO COMPETITIVO E PROCEDIMENTO	257
32.2.1	Fase de pré-seleção e seu caráter dual.....	258
32.2.2	Fase de pré-seleção e requisitos flexíveis.....	259
32.3	ADMINISTRAÇÃO DIALÓGICA	259
32.4	DIÁLOGO COMPETITIVO E COMISSÃO.....	260
32.5	DIÁLOGO COMPETITIVO X PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (PMI)	260
32.6	DIRETIVAS DA UNIÃO EUROPEIA 2014/24 E MODELOS DE PROCEDIMENTO CONCORRENCIAL DIALÓGICO E FLEXÍVEL.....	262

SEÇÃO III – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	264
33 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	266
34 MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO	267
34.1 DA AFERIÇÃO DO MENOR PREÇO PELO MAIOR DESCONTO EM TABELA OU PLANILHA	267
35 MELHOR TÉCNICA OU CONTEÚDO ARTÍSTICO	269
36 TÉCNICA E PREÇO	270
37 NUANCES COMUNS AOS CRITÉRIOS MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO	271
37.1 SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E O USO OBRIGATÓRIO DA MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO	272
38 DA EXIGÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAL INDICADO NA LICITAÇÃO, DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL	273
39 MAIOR RETORNO ECONÔMICO	274
39.1 CONTRATO DE EFICIÊNCIA	275
SEÇÃO IV – DISPOSIÇÕES SETORIAIS	277
SUBSEÇÃO I – DAS COMPRAS	277
40 DO PLANEJAMENTO DE COMPRAS	280
40.1 CONDIÇÕES DO SETOR PRIVADO	280
40.2 CONDIÇÕES DO SETOR PRIVADO PARA OBRAS E SERVIÇOS	281
40.3 TERMO DE REFERÊNCIA NAS COMPRAS	282
40.4 ESPECIFICAÇÃO DO BEM E PLANEJAMENTO	282
40.5 PRINCÍPIO DO PARCELAMENTO	283
40.6 PARCELAMENTO (DIVISÃO) DA PRETENSÃO CONTRATUAL	283
40.6.1 Adjudicação por item	284
40.6.2 Adjudicação por itens x aglutinação de objetos	285
40.6.3 Adjudicação por item e empreitada por preço global	286
40.6.4 Item x lote x grupo	286
40.6.5 Divisão da pretensão contratual no direito europeu	288
41 LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE BENS	290
41.1 INDICAÇÃO DE MARCA	291
41.2 AMOSTRA	292
41.3 VEDAÇÃO À CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO	294
41.4 CARTA DE SOLIDARIEDADE	294
42 DA PROVA DE QUALIDADE DE PRODUTO	296
43 PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO	296
44 DA COMPRA OU LOCAÇÃO DE BENS	297
SUBSEÇÃO II – DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	297
45 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	299
45.1 PROJETO BÁSICO E IMPACTO AMBIENTAL	299
46 REGIMES DE EXECUÇÃO	300
46.1 EXECUÇÃO DIRETA X EXECUÇÃO INDIRETA	300

46.2	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO	300
46.3	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL	301
46.4	EMPREITADA INTEGRAL	302
46.4.1	Empreitada integral e aditivos.....	303
46.5	TAREFA.....	303
46.6	CONTRATAÇÃO INTEGRADA.....	304
46.7	CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA.....	306
46.8	LIMITES AO REGIMES DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA	307
SUBSEÇÃO III – DOS SERVIÇOS EM GERAL		309
47	LICITAÇÕES DE SERVIÇOS – PRINCÍPIOS.....	310
47.1	SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DIVERSOS, AGLUTINAÇÃO E ADJUDICAÇÃO POR ITENS	310
48	TERCEIRIZAÇÃO	311
48.1	TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS E AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	312
48.2	TERCEIRIZAÇÃO E O DILEMA: ATIVIDADE-FIM VERSUS ATIVIDADE-MEIO	313
48.3	VEDAÇÕES À TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS	317
48.4	REGRAS PARA OS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS E CONTRATOS	319
48.5	TERCEIRIZAÇÃO E QUEBRA DA IMPESSOALIDADE.....	321
48.6	ÓRGÃOS PÚBLICOS E CONTRATAÇÕES DE “FACILITIES”.....	321
49	DA CONTRATAÇÃO SIMULTÂNEA	323
49.1	A QUESTÃO DA PERDA DE ECONOMIA DE ESCALA	324
50	SERVIÇOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	325
50.1	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.....	325
50.2	GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO.....	326
50.3	FISCALIZAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA, SETORIAL E PELO PÚBLICO USUÁRIO.....	326
50.4	GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO	328
50.5	REGISTRO DAS OCORRÊNCIAS PELO FISCAL.....	328
50.6	PREPOSTO DA EMPRESA	329
SUBSEÇÃO IV – DA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS		329
51	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	329
SUBSEÇÃO V – DAS LICITAÇÕES INTERNACIONAIS		330
52	LICITAÇÕES INTERNACIONAIS	330
CAPÍTULO III – DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO		331
53	ANÁLISE PELO ÓRGÃO DE ACESSORAMENTO JURÍDICO	332
53.1	ADVOCACIA PÚBLICA E CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL	333
53.2	DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE ACESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 8.666/93.....	335
53.3	O ÓRGÃO DE ACESSORAMENTO JURÍDICO NA LEI Nº 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES).....	336
53.4	FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ACESSORIA JURÍDICA.....	337
53.5	PAPEL DE CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	338

53.6	DA NATUREZA JURÍDICA DO CONTROLE DE LEGALIDADE EXERCIDO PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO	340
53.7	EFEITOS DO DESRESPEITO AO CARÁTER PREVENTIVO DA ANÁLISE JURÍDICA.....	340
53.8	NATUREZA NÃO VINCULANTE DO PARECER JURÍDICO.....	341
53.9	ANÁLISE JURÍDICA E PARECERES SINTÉTICOS	342
53.10	ANÁLISE JURÍDICA E PARECER REFERENCIAL.....	343
53.11	DA DISPENSA DA ANÁLISE JURÍDICA PARA CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE.	344
53.11.1	Competência para a relativização da análise jurídica para controle prévio de legalidade	345
53.12	DOS VETOS AOS §§2º E 6º DO ARTIGO 53.....	346
53.13	PAPEL DE APOIO JURÍDICO A OUTROS SERVIDORES.....	348
53.13.1	Da relevância do apoio jurídico prestado pela advocacia pública.....	349
53.14	RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA JURÍDICO.....	351
53.14.1	Da inviolabilidade do advogado	351
53.14.2	Da ausência de competência do Tribunal de Contas para a responsabilização do advogado por sua opinião jurídica.....	352
53.14.3	Natureza da atividade do parecerista jurídico.....	355
53.14.4	Responsabilização de gestores e parecerista jurídico	357
53.14.5	Posição do STF e responsabilidade do parecerista	358
53.14.6	TCU e manifestação jurídica irrazoável.....	362
53.14.7	Posição da OAB	365
54	PUBLICIDADE DO EDITAL.....	365
54.1	DA PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM DIÁRIO OFICIAL E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO.....	366
CAPÍTULO IV – DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES		367
55	PRAZOS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES.....	368
55.1	MODIFICAÇÕES NO EDITAL, DIVULGAÇÃO E PRAZOS	369
55.2	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022 E A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES	370
56	DOS MODOS DE DISPUTA.....	371
56.1	VEDAÇÕES.....	373
56.2	MODOS DE DISPUTA E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022	374
56.3	LANCES INTERMEDIÁRIOS.....	375
56.4	REINÍCIO DA DISPUTA	376
56.5	LICITAÇÕES DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA	376
56.5.1	Bonificações e Despesas Indiretas – BDI.....	376
56.6	“PREGÃO NEGATIVO”	378
57	DO INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES	378
57.1	USO DE ROBÔS PELOS LICITANTES.....	379
58	DA GARANTIA DA PROPOSTA	382
CAPÍTULO V – DO JULGAMENTO.....		382
59	DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS.....	384

59.1	DESCCLASSIFICAÇÃO E SANEAMENTO	384
59.2	PREÇOS INEXEQUÍVEIS	386
59.3	EXEQUIBILIDADE E AS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.....	386
59.4	CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE, JOGO DE CRONOGRAMA E JOGO DE PLANILHA	387
59.5	CRITÉRIOS DE INEXEQUIBILIDADE.....	388
59.5.1	CRITÉRIOS DE INEXEQUIBILIDADE e a instrução normativa seges 73/2022..	388
59.6	DILIGÊNCIAS	389
59.7	DILIGÊNCIAS E DISCRICIONARIEDADE.....	390
59.8	FORMAS DE DILIGÊNCIA	390
59.9	DESCCLASSIFICAÇÃO POR INEXEQUIBILIDADE E JUSTIFICATIVA	391
59.10	GARANTIA ADICIONAL	392
60	CRITÉRIOS DE DESEMPATE	392
60.1	AÇÕES DE EQUIDADE ENTRE HOMENS E MULHERES COMO CRITÉRIOS DE DESEMPATE E A REGULAMENTAÇÃO FEDERAL.....	393
61	NEGOCIAÇÃO.....	394
CAPÍTULO VI – DA HABILITAÇÃO		394
62	DA HABILITAÇÃO.....	399
62.1	HABILITAÇÃO E PROPORCIONALIDADE	399
62.2	HABILITAÇÃO E DISFUNÇÃO.....	401
63	DECLARAÇÕES E EXIGÊNCIAS GERAIS DE HABILITAÇÃO	402
63.1	ATESTADO DE VISITA TÉCNICA MONITORADA (VISTORIA PRÉVIA)	403
64	DILIGÊNCIAS.....	404
65	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E PREVISÃO EDITALÍCIA.....	405
66	HABILITAÇÃO JURÍDICA	406
67	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	406
67.1	CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL E CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL	407
67.2	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ROL LEGAL EXAUSTIVO.....	407
67.3	HABILITAÇÃO E ATESTADOS.....	408
67.4	SOMATÓRIOS DE ATESTADOS.....	409
67.5	INDICAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CANTEIROS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL	409
67.6	ATENDIMENTO DE REQUISITOS PREVISTOS EM LEI ESPECIAL	409
67.7	REGISTRO OU INSCRIÇÃO EM ENTIDADE PROFISSIONAL.....	411
67.8	DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL	411
67.9	PROVA DE EXPERIÊNCIA POR DETERMINADO PERÍODO	411
67.10	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CONSÓRCIO.....	412
67.11	OUTRAS NUANCES DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	412
68	REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA	413
68.1	REGULARIDADE FISCAL.....	413
68.1.1	Regularidade fiscal e limites constitucionais	414
68.1.2	Regularidade fiscal e judicialização.....	414

68.1.3	Certidão de regularidade fiscal não fornecida no município do licitante	417
68.1.4	Regularidade fiscal e compatibilidade com o objeto licitado.....	417
68.2	REGULARIDADE PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO E CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT).....	418
68.2.1	Fundamentos da CNDT	419
68.2.2	Certidão trabalhista e exigência em qualquer contratação	419
69	HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	420
69.1	BALANÇO PATRIMONIAL.....	421
69.2	FALÊNCIA.....	422
69.3	HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E VEDAÇÕES.....	422
69.4	REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA COMPRAS COM ENTREGA FUTURA, OBRAS E SERVIÇOS.....	423
69.5	RELAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO LICITANTE	423
70	MITIGAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	424
70.1	DISPENSA DE HABILITAÇÃO E REGULARIDADE COM A SEGURIDADE SOCIAL	425
	CAPÍTULO VII – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	426
71	DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	427
71.1	DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA	427
71.2	REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO.....	429
71.3	ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO	429
71.4	AUTOTUTELA E DECADÊNCIA.....	430
71.5	INVALIDAÇÃO, AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.....	430
71.6	CONVALIDAÇÃO DE VÍCIO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	431
	CAPÍTULO VIII – DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	434
	SEÇÃO I – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.....	434
72	CONTRATAÇÃO DIRETA.....	435
72.1	CONTRATAÇÃO DIRETA E REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	435
72.2	CONTRATAÇÃO DIRETA E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	436
72.3	DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA	437
72.4	CONTRATAÇÃO DIRETA E ANÁLISE JURÍDICA OBRIGATÓRIA.....	437
72.5	JUSTIFICATIVA DO PREÇO	438
72.6	CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE E A COTAÇÃO COM OUTROS FORNECEDORES.....	440
72.7	PONDERAÇÃO ECONÔMICA SOBRE A JUSTIFICATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE.....	442
72.8	CONTRATAÇÃO DIRETA E DÉBITO COM A SEGURIDADE SOCIAL	443
73	CONTRATAÇÃO DIRETA E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA	445
	SEÇÃO II – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	445
74	INEXIGIBILIDADE	447
74.1	INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO.....	447
74.2	INEXIGIBILIDADE E JUSTIFICATIVA.....	449

74.3	INEXIGIBILIDADE E NÃO TAXATIVIDADE.....	449
74.4	CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR EXCLUSIVO.....	450
74.4.1	Delimitação da exclusividade.....	450
74.4.2	Exclusividade absoluta e exclusividade relativa.....	450
74.5	PROFISSIONAL DE SETOR ARTÍSTICO E INEXIGIBILIDADE.....	451
74.5.1	Contratação do artista por empresário exclusivo.....	452
74.5.2	Contratações artísticas e concurso.....	452
74.6	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E INEXIGÍVEIS.....	452
74.6.1	Serviços técnicos profissionais especializados.....	453
74.6.1.1	Serviços técnicos especializados e participação do corpo técnico na execução contratual.....	454
74.6.2	Notória especialização.....	454
74.6.2.1	Notória especialização e respeito à impessoalidade.....	455
74.6.3	Da não exigência de natureza singular ao serviço.....	456
74.6.4	Inexigibilidade e contratação de advogado e de contador.....	457
74.6.5	Vedação para serviços de publicidade.....	461
74.6.6	Lei federal nº 12.232/2010 e licitação de serviços de publicidade.....	461
74.7	OBJETOS QUE DEVAM OU POSSAM SER CONTRATADOS POR MEIO DE CREDENCIAMENTO.....	462
74.8	AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE IMÓVEL CUJAS CARACTERÍSTICAS DE INSTALAÇÕES E DE LOCALIZAÇÃO TORNEM NECESSÁRIA SUA ESCOLHA.....	463
74.8.1	Requisitos.....	464
74.8.2	Desnecessidade de existência de um único imóvel apto.....	464
74.8.3	Contratação direta de locação sob medida (<i>built to suit</i>).....	465
SEÇÃO III – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO		467
75	DISPENSA	470
75.1	DISPENSA DE PEQUENO VALOR (INCISOS I E II)	471
75.1.1	Dispensa de pequeno valor e fracionamento ilícito.....	471
75.1.2	Fracionamento ilícito e necessidade superveniente.....	473
75.1.3	Serviços de manutenção de veículos automotores.....	474
75.1.4	Dispensa de pequeno valor e consórcio público.....	475
75.1.5	Dispensa de pequeno valor e procedimento eletrônico.....	475
75.1.6	Dispensa eletrônica e a Instrução Normativa n. 67/2021.....	476
75.1.7	Dispensa eletrônica: hipóteses de uso e procedimento.....	476
75.1.8	Dispensa de pequeno valor e aditivo para aumento contratual.....	479
75.2	LICITAÇÃO DESERTA E FRACASSADA	480
75.2.1	Do prazo de um ano da realização da licitação.....	481
75.2.2	Da manutenção das condições definidas no anterior edital.....	481
75.2.3	Licitação deserta ou fracassada e Sistema de Registro de preços.....	482
75.3	AQUISIÇÃO DE COMPONENTES VINCULADA À GARANTIA (INC. IV, ALÍNEA A).....	482
75.4	DISPENSA EM FACE DE ACORDO INTERNACIONAL (INC. IV, ALÍNEA B).....	482
75.5	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (INC. IV, ALÍNEA C).....	483
75.6	CONTRATAÇÃO POR INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (INC. IV, ALÍNEA D).....	483

75.7	COMPRAS DE GÊNEROS PERECÍVEIS (INC. IV, ALÍNEA E).....	484
75.8	COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E DEFESA NACIONAL (INC. IV, ALÍNEA F)	484
75.9	PADRONIZAÇÃO DE MATERIAL MILITAR (INC. IV, ALÍNEA G)	484
75.10	CONTINGENTES MILITARES (INC. IV, ALÍNEA H).....	485
75.11	ABASTECIMENTO DE EMBARCAÇÕES, AERONAVES E TROPAS (INC. IV, ALÍNEA I) ..	485
75.12	RESÍDUOS SÓLIDOS (INC. IV, ALÍNEA J).....	485
75.13	OBRA DE ARTE E OBJETOS HISTÓRICOS (INC. IV, ALÍNEA K).....	486
75.14	CONTRATAÇÕES DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO CIENTÍFICA (INCISO V).....	486
75.15	CONTRATAÇÃO QUE POSSA ACARREAR COMPROMETIMENTO DA SEGURANÇA NACIONAL (INCISO VI)	490
75.16	DECLARAÇÃO DE GUERRA E PERTURBAÇÃO DA ORDEM (INCISO VII)	491
75.17	EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA (INCISO VIII)	491
75.17.1	Dispensa emergencial e desídia do gestor público.....	492
75.17.2	Gestor desidioso e responsabilização.....	493
75.17.3	Contratação emergencial e contingenciamento.....	493
75.17.4	Contratação emergencial e prorrogação.....	494
75.17.5	Situação emergencial ou de calamidade e discricionariedade da contratação direta.....	495
75.17.6	Dispensa emergencial e sublimação da fase interna	495
75.18	CONTRATAÇÃO DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (INCISO IX)	496
75.18.1	Lei 14.744/2023 e a dispensa para serviços postais não exclusivos e serviços de comunicação multimídia	496
75.19	INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (INCISO X)	497
75.20	CONTRATO DE PROGRAMA EM CONSÓRCIO PÚBLICO OU CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO (INCISO XI).....	497
75.20.1	Consórcio público	498
75.20.2	Contrato de Programa	499
75.21	CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS PARA O SUS (INCISO XII)	500
75.22	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE CRITÉRIOS DE TÉCNICA (INCISO XIII)	500
75.23	ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA (INCISO XIV)	500
75.24	DISPENSA PARA PESQUISA, ENSINO, DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL OU RECUPERAÇÃO SOCIAL DE PRESOS (INC. XV)	501
75.24.1	Instituição e pertinência com o objeto contratado.....	501
75.24.2	A dispensa do inciso XV e a subcontratação	502
75.24.3	Pluralidade de instituições e licitação.....	503
75.25	AQUISIÇÃO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA A SAÚDE (INCISO XVI)	503
75.26	CONTRATAÇÃO DIRETA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CISTERNAS PARA FAMÍLIAS RURAIS DE BAIXA RENDA	504
75.27	CONTRATAÇÃO DIRETA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL.....	505
75.27.1	O programa cozinha solidária.....	506

CAPÍTULO IX – DAS ALIENAÇÕES.....	508
76 DAS ALIENAÇÕES DE BENS PÚBLICOS	510
76.1 AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA.....	511
76.2 DAÇÃO EM PAGAMENTO	511
76.3 DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO	512
76.4 ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS E ABUSO ADMINISTRATIVO.....	513
76.5 DESAFETAÇÃO.....	513
77 ALIENAÇÃO E DIREITO DE PREFERÊNCIA	513
CAPÍTULO X – DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES.....	514
SEÇÃO I – DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES	514
78 PROCEDIMENTOS AUXILIARES	514
SEÇÃO II – DO CREDENCIAMENTO.....	515
79 CREDENCIAMENTO.....	516
79.1 CREDENCIAMENTO E NATUREZA JURÍDICA.....	516
79.2 CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÕES DIRETAS.....	518
79.3 CREDENCIAMENTO E APLICABILIDADE	518
79.3.1 Contratação paralela e não excludente	519
79.3.2 Seleção a critério de terceiros.....	520
79.3.3 Mercados fluidos	521
79.4 CREDENCIAMENTO E BALIZAS LEGAIS	522
79.5 CREDENCIAMENTO E REMUNERAÇÃO	523
79.6 CREDENCIAMENTO E ESCOLHA DO FORNECEDOR	523
79.7 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	523
79.8 CREDENCIAMENTO E FIXAÇÃO DE PREÇOS NAS HIPÓTESES COMPATÍVEIS	524
79.9 CREDENCIAMENTO E REAJUSTE	524
79.10 CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E <i>E-MARKETPLACE</i>	525
79.11 POTENCIALIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO <i>E-MARKETPLACE</i> PÚBLICO NO BRASIL.....	530
79.12 O REGULAMENTO FEDERAL DO CREDENCIAMENTO (DECRETO Nº 11.878/2024) ..	533
SEÇÃO III – DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO	534
80 PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE	535
80.1 CARÁTER PERMANENTE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO.....	537
80.2 ESPÉCIES.....	537
80.3 A PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DA LEI Nº 14.133/2021 E A PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE LICITANTES DA LEI Nº 8.666/93	538
80.4 DO PROCEDIMENTO	539
80.5 LICITAÇÃO RESTRITA AOS PRÉ-QUALIFICADOS	540
80.6 PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE E COMPARTILHAMENTO	541
SEÇÃO IV – DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE.....	541
81 PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE	542

SEÇÃO V – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	544
82 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	547
82.1 PARÂMETROS E CONDIÇÕES LEGAIS PARA APLICAÇÃO NO SRP	547
82.2 PONTOS DE DESTAQUE NA REGULAMENTAÇÃO FEDERAL SOBRE O SRP (DECRETO FEDERAL Nº 11.462/2023)	548
82.2.1 Rol exemplificativo das hipóteses de adoção do SRP	549
82.2.2 Critério de julgamento e modalidades compatíveis	550
82.2.3 Adesão por órgão participante	550
82.2.4 Ampliação do cadastro de reserva.....	551
82.2.5 Cadastro de reserva e exigência de habilitação	552
82.2.6 O remanejamento das quantidades registradas na ARP	552
82.2.7 A utilização de atas de registros de preços baseadas nas Leis n º 8.666/93, 10.520/2002 e RDC, após suas revogações	553
82.3 CARACTERÍSTICAS DO SRP E CONDIÇÕES PARA SUA ADOÇÃO	556
82.4 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES DIRETAS	558
82.4.1 Registro de preços para contratações diretas e mercados com preços voláteis (fluidos)	558
82.5 SRP E MENOR PREÇO POR GRUPO	559
82.6 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE	561
82.7 ADOÇÃO DO SRP PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS.....	563
82.8 SRP E REGIME DE EXECUÇÃO.....	565
82.9 CADASTRO DE RESERVA.....	565
82.10 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO OU ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.....	566
82.10.1 Alteração e atualização dos preços registrados	568
82.10.2 Sugestões de modelagens para “atualização” da ata de registro de preços na Lei nº 14.133/2021	569
82.10.3 Sugestões de modelagens para “alteração” dos preços da ata de registro de preços	570
83 A INEXISTÊNCIA DA OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAR.....	573
83.1 SRP, PRETENSÃO CONTRATUAL E BOA-FÉ.....	573
83.2 SRP E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	574
84 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	574
84.1 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS X CONTRATO ADMINISTRATIVO	575
84.2 PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA.....	575
84.3 VALIDADE DA ATA E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	576
84.4 INÍCIO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA.....	577
84.5 SRP E ACRÉSCIMOS DOS QUANTITATIVOS CONTRATADOS	577
84.6 PRORROGAÇÃO DA ATA E RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS FIXADOS NA LICITAÇÃO	578
84.7 OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR E NOTA DE EMPENHO ENCAMINHADA APÓS O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA.....	581
84.8 PREÇOS REGISTRADOS: REVISÃO ECONÔMICA E NEGOCIAÇÃO.....	582
85 REGISTRO DE PREÇOS PARA OBRAS.....	585

86	INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS	587
86.1	DA DISPENSA DO PROCEDIMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP..	587
86.2	ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTE E O NÃO PARTICIPANTE (“CARONA”).....	588
86.2.1	Competências do órgão ou da entidade gerenciadora	589
86.2.2	Competências do órgão ou da entidade participante	591
86.3	UTILIZAÇÃO DA ATA E CONTROLE DE LEGALIDADE PELO ÓRGÃO DE ASSESSO- RAMENTO JURÍDICO.....	593
86.3.1	Órgão participante e o controle prévio de legalidade pela assessoria jurí- dica	593
86.3.2	Órgão não participante e o controle prévio de legalidade pela assessoria jurídica.....	594
86.4	ARP E OS ASPECTOS SUBJETIVOS IMPACTANTES NO PREÇO.....	594
86.5	DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	595
86.6	NATUREZA JURÍDICA DA ADESÃO.....	595
86.7	ADESÃO E LIMITES.....	596
86.7.1	LIMITES SUBJETIVOS.....	597
86.7.1.1	Limite subjetivo e vedação da adesão por órgãos e entes federais a atas de outros entes	598
86.7.1.2	Limite subjetivo e a adesão a atas gerenciadas por órgãos e entes municipais.....	599
86.7.1.3	Limite subjetivo e impossibilidade de adesão a ata de estatal lastreada na lei nº 13.303/2016	600
86.7.1.4	Da possibilidade de adesão a item SRP estatal lastreado na Lei nº 14.133/2021	603
86.7.2	LIMITE QUANTITATIVO INDIVIDUAL	604
86.7.3	LIMITE QUANTITATIVO GLOBAL.....	604
86.7.4	LIMITE TEMPORAL	605
86.7.5	LIMITE FORMAL.....	605
86.7.6	LIMITE LÓGICO.....	605
86.7.6.1	Limite lógico e necessidade de confecção de termo de referência	606
86.7.7	LIMITE PROCEDIMENTAL	606
86.8	ADESÃO À ATA E ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS ORIGINAIS	607
86.9	ADESÃO DE ÓRGÃOS FEDERAIS À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DE ENTIDADES DO “SISTEMA S”	608
86.10	ADESÃO DE ENTIDADES PRIVADAS À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES FEDERAIS	608
86.11	DA ADESÃO EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA	608
86.12	SRP E CONVÊNIOS.....	609
86.13	SRP E APLICAÇÃO DE SANÇÕES	610
86.14	DA RECUSA DO FORNECEDOR REGISTRADO	611
86.15	POSSIBILIDADE DE SANCIONAMENTO PELA RECUSA DE FORNECIMENTO AO CARONA.....	611
SEÇÃO VI – DO REGISTRO CADASTRAL		612
87	DO REGISTRO CADASTRAL.....	613

87.1	SICAF, SISG E A GÊNESE DA IDEIA DO REGISTRO CADASTRAL COMO PROCEDIMENTO AUXILIAR	614
87.2	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) E O REGISTRO CADASTRAL UNIFICADO	615
88	REGISTRO CADASTRAL E O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	616
88.1	REGISTRO CADASTRAL E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO CONTRATANTE	617
TÍTULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		617
CAPÍTULO I – DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS		617
89	CONTRATO ADMINISTRATIVO	621
89.1	CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	622
89.2	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	624
89.3	BREVE APONTAMENTO SOBRE A INCOMPLETUDE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	625
89.4	CONTRATO ADMINISTRATIVO E CONSENSUALIDADE	625
90	CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO	626
90.1	PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	627
90.2	CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE	627
90.3	LICITANTE REMANESCENTE E SANCIONAMENTO	628
90.4	PROCEDIMENTO APÓS ASSINATURA DO CONTRATO OU INÍCIO DA EXECUÇÃO	629
91	FORMALISMO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	629
91.1	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	630
91.2	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E ELEMENTOS CONDICIONANTES	631
91.3	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E BOA-FÉ CONTRATUAL	632
92	CLÁUSULAS NECESSÁRIAS	633
92.1	ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO E QUITAÇÃO	634
92.2	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	634
92.3	LIQUIDAÇÃO DE DESPESA	635
92.4	PERÍODO ANTECEDENTE	635
92.5	REAJUSTE E OBRIGATORIEDADE	635
93	CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS	636
94	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)	636
94.1	CONTRATAÇÕES URGENTES, EFICÁCIA PRECÁRIA E CONVALIDAÇÃO DE EVENTUAL ATRASO NA PUBLICIDADE DO ATO	637
94.2	CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS E DIVULGAÇÃO	637
95	OBRIGATORIEDADE E FACULTATIVIDADE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL	638
95.1	HIPÓTESES DE FACULTATIVIDADE DE USO DO INSTRUMENTO E INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA	639
95.2	ORDEM DE SERVIÇO OU SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO	640
95.3	CONTRATO VERBAL	640
CAPÍTULO II – DAS GARANTIAS		640
96	GARANTIA CONTRATUAL	642
96.1	GARANTIA E DISCRICIONARIEDADE	643

96.2	GARANTIA E NECESSÁRIA PREVISÃO NO EDITAL	644
96.3	MODALIDADES DE GARANTIA E OPÇÃO PELA CONTRATAÇÃO	644
96.4	CAUÇÃO	645
96.5	SEGURO-GARANTIA	645
96.6	FIANÇA BANCÁRIA	646
96.7	TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	647
97	SEGURO-GARANTIA E ESPECIFICIDADES	648
98	GARANTIAS E PERCENTUAL ORDINÁRIO	650
98.1	GARANTIAS E PERCENTUAL ORDINÁRIO EM CONTRATOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	650
99	GARANTIA COM LIMITE AMPLIADO E CLÁUSULA DE RETOMADA (STEP-IN)	650
99.1	OBJETOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO DA GARANTIA COM LIMITE AMPLIADO	651
99.2	OUTRAS EXIGÊNCIAS LEGAIS NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO	652
99.3	CONEXÃO DO ARTIGO 99 COM O ARTIGO 102.....	652
100	LIBERAÇÃO OU RESTITUIÇÃO DA GARANTIA.....	652
101	ENTREGA DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO E VALOR DA GARANTIA.....	652
102	SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA	653
102.1	PERFORMANCE BOND	654
102.2	PERFORMANCE BOND. VANTAGENS E RISCOS	655
102.3	SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA E REGRAS LEGAIS	658
102.4	CLÁUSULA DE RETOMADA E OBRIGATORIEDADE.....	659
102.5	CLÁUSULA DE RETOMADA E APLICAÇÃO RESTRITA A CONTRATAÇÕES DE GRANDE VULTO	659
102.6	SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA E O DESAFIO DE ADAPTAÇÃO	660
CAPÍTULO III – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS		661
103	MATRIZ DE RISCOS	661
103.1	ALOCAÇÃO DE RISCOS E EFICIÊNCIA ECONÔMICA	663
103.2	COBERTURA POR SEGURADORAS E ALOCAÇÃO DE RISCOS	665
103.3	ALOCAÇÃO DE RISCOS E MENSURAÇÃO DO VALOR ESTIMADO (TAXA DE RISCOS).....	665
CAPÍTULO IV – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO		666
104	PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO (CLÁUSULAS EXORBITANTES).....	667
104.1	FISCALIZAÇÃO	668
104.2	APLICAÇÃO DE SANÇÕES.....	668
104.3	OCUPAÇÃO PROVISÓRIA	668
104.3.1	Ocupação provisória e serviços essenciais	669
104.3.2	Ocupação provisória e serviços terceirizados.....	670
104.4	IMPOSIÇÃO DE ÔNUS ESPECIAIS.....	671
CAPÍTULO V – DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS.....		671
105	DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E O AVANÇO EM RELAÇÃO À LEI Nº 8.666/93	673

105.1 ORÇAMENTO.....	674
105.2 EXIGÊNCIA DE PREVISÃO NO PLANO PLURIANUAL	675
106 FORNECIMENTOS CONTÍNUOS	676
106.1 CARACTERIZAÇÃO COMO FORNECIMENTOS CONTÍNUOS (DE BENS OU SERVIÇOS)	676
106.2 INAPLICABILIDADE DA MODELAGEM OBRIGATÓRIA DADA AOS SERVIÇOS CONTÍNUOS	677
106.3 DIRETRIZES PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM PRAZO DE ATÉ CINCO ANOS	677
106.3.1 atestação de vantagem econômica na contratação plurianual.....	678
106.3.2 existência de créditos orçamentários e vantagem na continuidade contratual.....	678
106.3.3 extinção do contrato pela ausência de crédito orçamentário ou pela ausência de vantagem em sua continuidade	679
107 PRORROGAÇÃO (RENOVAÇÃO) ATÉ A VIGÊNCIA DECENAL.....	679
107.1 PRORROGAÇÃO X RENOVACÃO	680
107.2 PERÍODOS SUCESSIVOS.....	681
107.3 REQUISITOS	681
107.3.1 Renovação e previsão editalícia.....	681
107.3.2 Renovação e “vantajosidade”	682
107.3.3 Pesquisa de preços e renovação de contratações de prestação continuada.....	683
107.4 RENOVACÃO CONTRATUAL E PASSOS FORMAIS	686
107.5 PRORROGAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	687
107.6 RENOVACÃO (PRORROGAÇÃO) CONTRATUAL E IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO NAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS	687
108 CONTRATOS ESPECÍFICOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DECENAL	688
109 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E VIGÊNCIA INDETERMINADA	688
109.1 CONVÊNIOS E VIGÊNCIA INDETERMINADA.....	690
110 VIGÊNCIA NO CONTRATO DE EFICIÊNCIA	691
111 CONTRATOS POR ESCOPO E PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA VIGÊNCIA	691
112 PRAZOS CONTRATUAIS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO ESPECIAL	693
113 VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO	693
114 VIGÊNCIA DOS CONTRATOS PARA OPERAÇÃO CONTINUADA DE SISTEMAS ESTRUTURANTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	694
CAPÍTULO VI – DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS	694
115 DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS	695
115.1 SUSPENSÃO DO CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	696
115.2 PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	696
115.3 PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA X TERMO ADITIVO	697
115.4 DA OBRIGATORIEDADE DE PRÉVIA OBTENÇÃO DA LICENÇA PRÉVIA.....	698
116 CONTRATO E RESERVA DE CARGOS.....	698
117 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	699
117.1 GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO	699

117.1.1 Espécies de fiscalizações.....	700
117.2 ESPÉCIES DE FISCALIZAÇÕES.....	701
117.3 FISCAL DO CONTRATO E TERCEIRIZAÇÃO.....	702
117.4 REGISTRO PELO FISCAL.....	702
117.5 FISCALIZAÇÃO E VEDAÇÕES A ATOS DE INGERÊNCIA.....	703
117.6 FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO E DE CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO.....	704
118 PREPOSTO DA EMPRESA.....	704
119 EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO POR VÍCIOS.....	706
120 EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO POR DANOS.....	706
121 RESPONSABILIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E COMERCIAL.....	706
121.1 CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO (STF ADC 16).....	707
121.2 ENUNCIADO 331 DO TST.....	708
121.3 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO POR DÉBITOS TRABALHISTAS.....	710
121.4 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E CONTRATO DECORRENTE DE OBRA.....	713
121.4.1 Instrução normativa nº 06/18 e cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas.....	713
121.5 LIMITES AMPLOS DA RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA.....	715
121.6 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E DESVIO DE FUNÇÃO.....	715
121.7 CONVÊNIOS E RESPONSABILIDADE TRABALHISTA DO CONVENIENTE.....	716
121.8 CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO E CONTA VINCULADA.....	717
121.9 CONTRATOS DE EVENTO MUSICAL E RESPONSABILIZAÇÃO PELO PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS.....	718
121.10 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.....	719
122 SUBCONTRATAÇÃO.....	719
122.1 SUBCONTRATADO E EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO.....	719
123 DECISÃO ADMINISTRATIVA E DEVER DE EMISSÃO.....	720
CAPÍTULO VII – DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS.....	720
124 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.....	723
124.1 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS.....	724
124.2 ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS.....	724
124.3 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS-QUANTITATIVAS.....	725
124.4 ALTERAÇÃO UNILATERAL E MOTIVAÇÃO.....	725
124.5 ALTERAÇÃO UNILATERAL E AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO CONTRATO.....	726
124.6 ALTERAÇÃO CONSENSUAL.....	726
124.6.1 Alteração consensual e substituição da garantia de execução.....	727
124.6.2 Alteração consensual e mudança do regime de execução.....	727
124.6.3 Mudança da forma de pagamento e vedação à antecipação de pagamento....	729
124.7 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	731
124.7.1 Objeto do reequilíbrio econômico.....	733
124.7.2 Reequilíbrio econômico e termo aditivo.....	734

124.7.3	Reequilíbrio econômico e variação de taxa cambial.....	735
124.7.4	Reequilíbrio econômico e alocação do risco pelo contrato (matriz de riscos)	736
124.7.5	Cumulação de reajuste e reequilíbrio econômico	736
124.8	FALHA NO PROJETO E RESPONSABILIDADE	737
125	ALTERAÇÕES UNILATERAIS E LIMITES	737
125.1	LIMITES E INCIDÊNCIA PARA ALTERAÇÕES QUALITATIVAS OU QUANTITATIVAS.....	739
125.2	LIMITES E ALTERAÇÕES CONSENSUAIS.....	740
125.3	ATUALIZAÇÃO DO VALOR E INCIDÊNCIA DOS LIMITES PERCENTUAIS	741
125.4	LIMITES PERCENTUAIS E RENOVAÇÕES CONTRATUAIS	741
125.5	LIMITES PERCENTUAIS E PLURALIDADE DE ITENS	742
125.6	CUMULAÇÃO ENTRE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.....	743
125.7	CONTRATOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E NÃO RENOVAÇÃO ANUAL DO LIMITE LEGAL.....	745
125.8	CONTRATOS SOB DEMANDA	745
125.9	ALTERAÇÕES UNILATERAIS E ECONOMIA DE ESCALA.....	746
126	ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E NÃO TRANSFIGURAÇÃO DO OBJETO	747
127	ALTERAÇÕES QUALITATIVAS E FIXAÇÃO DOS PREÇOS.....	747
128	ADITAMENTOS E PROPORÇÃO ENTRE VALOR GLOBAL DO CONTRATO E O PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA	748
129	INDENIZAÇÃO PELOS MATERIAIS JÁ ADQUIRIDOS.....	748
130	ALTERAÇÃO UNILATERAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO	749
131	REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E PRECLUSÃO LÓGICA.....	749
131.1	NÃO APLICAÇÃO DA REGRA DE PRECLUSÃO LÓGICA NA PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE ESCOPO	751
132	ADITIVO CONTRATUAL	751
133	CONTRATAÇÃO INTEGRADA, SEMI-INTEGRADA E ALTERAÇÃO DOS VALORES CONTRATUAIS	752
134	MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	752
134.1	REEQUILÍBRIO ECONÔMICO	753
134.2	REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO	753
134.2.1	Reajuste, anualidade e marco inicial	754
134.2.2	Reajuste e requerimento formal	755
134.2.3	Reajuste antes de um ano de vigência contratual	756
134.2.4	Obrigatoriedade da previsão do reajuste no edital ou contrato	756
134.2.5	Impossibilidade de concessão ordinária de reajuste, sem previsão no edital ou contrato	757
134.2.6	Contrato, sem previsão de reajuste, que suplante a anualidade por culpa da Administração	758
134.2.7	Reajuste e preclusão lógica	759
134.3	REPACTUAÇÃO.....	761
134.4	ALTERAÇÃO TRIBUTÁRIA E REPERCUSSÃO ECONÔMICA	761
134.5	PERDA DO ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO	762

134.6	ADOÇÃO DE ALÍQUOTAS EQUIVOCADAS NA PROPOSTA E VEDAÇÃO À UNILATERAL ALTERAÇÃO POSTERIOR, PELA ADMINISTRAÇÃO.....	763
135	REACTUAÇÃO	768
135.1	REACTUAÇÃO E REQUISITOS MÍNIMOS.....	769
135.2	REACTUAÇÃO E SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	769
135.3	CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO COMO “COM” OU “SEM” DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	771
135.4	REACTUAÇÃO E ANÁLISE DE PLANILHA	772
135.5	MOMENTO DE INCIDÊNCIA DA REACTUAÇÃO.....	773
135.6	REACTUAÇÃO E EFEITOS FINANCEIROS	774
135.7	CRITÉRIO DA REACTUAÇÃO PARA CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO (INSUMOS DIVERSOS)	775
135.8	REACTUAÇÃO COMO DIREITO DO CONTRATADO E A PRECLUSÃO LÓGICA ADMINISTRATIVA	776
135.9	PRECLUSÃO LÓGICA PARCIAL.....	780
135.10	REACTUAÇÃO E CATEGORIAS PROFISSIONAIS NÃO ALCANÇADAS PELA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO	780
135.11	REACTUAÇÃO E SALÁRIO MÍNIMO.....	781
135.12	REACTUAÇÃO E REMUNERAÇÃO MAIOR QUE O PISO SALARIAL ALTERADO.....	782
135.13	REACTUAÇÃO, APOSTILAMENTO E ANÁLISE PELA ASSESSORIA JURÍDICA	783
135.14	PLANILHAS	783
135.15	IRPJ E CSLL EM PLANILHAS DE CUSTOS	784
135.16	DO PAGAMENTO, AO TRABALHADOR, DE SALÁRIO MENOR QUE O ESTIPULADO NA PROPOSTA	784
136	APOSTILA.....	785
	CAPÍTULO VIII – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	785
137	EXTINÇÃO CONTRATUAL	787
137.1	SITUAÇÕES QUE PODEM GERAR A EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	788
137.2	EXTINÇÃO E DEVIDO PROCESSO LEGAL	789
137.3	EXTINÇÃO CONTRATUAL E CAUTELAR ADMINISTRATIVA	790
137.4	<i>EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS</i>	791
137.5	ATRASO NO PAGAMENTO COMO INSTRUMENTO DE CORRUPÇÃO	792
137.6	SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	792
137.6.1	Da suspensão unilateral pela administração	793
137.6.2	Da suspensão unilateral pelo particular	794
137.6.3	Da suspensão contratual consensual	796
137.6.4	Da alteração contratual para sustação ou alteração de parte da execução contratual (suspensão parcial)	796
137.7	DOS EFEITOS DECORRENTES DA SUSPENSÃO.....	797
137.7.1	Dos efeitos decorrentes da suspensão integral	797
137.7.2	Dos efeitos decorrentes da suspensão parcial	797
137.8	DA FORMALIZAÇÃO DA SUSPENSÃO.....	798

137.9 EXTINÇÃO DE CONVÊNIOS E PROCESSAMENTO SEM CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA	798
138 ESPÉCIES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL (UNILATERAL, CONSENSUAL, ARBITRAL OU JUDICIAL).....	800
138.1 LIMITES PARA A EXTINÇÃO CONSENSUAL	801
138.2 JUÍZO ARBITRAL	802
138.3 EXTINÇÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO.....	803
139 CONSEQUÊNCIAS DA EXTINÇÃO UNILATERAL	804
CAPÍTULO IX – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.....	806
140 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E RECEBIMENTO DEFINITIVO.....	807
140.1 GLOSA.....	808
CAPÍTULO X – DOS PAGAMENTOS	809
141 DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS.....	810
141.1 IMPORTÂNCIA DO RESPEITO À ORDEM CRONOLÓGICA	811
141.2 DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA QUE SEJA RESPEITADA A ORDEM CRONOLÓGICA	812
141.3 ORDEM CRONOLÓGICA E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77/2022	814
141.4 OPERAÇÃO DE CRÉDITO GARANTIDA POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	817
142 PAGAMENTO ATRAVÉS DE CONTA VINCULADA OU PELA COMPROVAÇÃO DO FATO GERADOR.....	819
143 PARTE INCONTROVERSA DA EXECUÇÃO E DIREITO AO PAGAMENTO	820
144 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	820
144.1 DA MOTIVAÇÃO	821
144.2 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E PAGAMENTO.....	822
144.3 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E LIMITE ORÇAMENTÁRIO.....	822
144.4 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E ORÇAMENTO SIGILOSO	823
144.5 EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	823
145 PAGAMENTO ANTECIPADO	824
145.1 PAGAMENTO ANTECIPADO EM UMA SUCINTA PERSPECTIVA ECONÔMICA	826
145.2 PAGAMENTO ANTECIPADO E A NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA.....	827
146 LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS E COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	830
CAPÍTULO XI – DA NULIDADE DOS CONTRATOS.....	830
147 NULIDADE DOS CONTRATOS	831
147.1 O PERÍODO DO DIREITO ADMINISTRATIVO CLÁSSICO: ILEGALIDADE X INVALIDAÇÃO	832
147.2 A POSSIBILIDADE DA CONVALIDAÇÃO DE IRREGULARIDADES	833
147.3 A EVOLUÇÃO PARA UMA ABORDAGEM CONSEQUENCIALISTA	834
147.4 REGIME JURÍDICO DE NULIDADE CONTRATUAL NA LEI Nº 14.133/2021	836
147.5 APONTAMENTOS RELEVANTES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE NULIDADE CONTRATUAL NA LEI Nº 14.133/2021	837

147.6 ANÁLISE DO IMPACTO INVALIDATÓRIO COMO DIREITO DO CONTRATADO	839
147.7 ANÁLISE DO IMPACTO INVALIDATÓRIO E SUAS PERSPECTIVAS MÚLTIPLAS	839
147.8 COMPETÊNCIA PARA A ANÁLISE DO IMPACTO INVALIDATÓRIO	840
147.9 INEXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ÀQUELES QUE PRATICAM IRREGULARIDADES.....	841
148 NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E INDENIZAÇÃO	841
148.1 NULIDADE CONTRATUAL E EFEITOS PROSPECTIVOS	842
149 NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E INDENIZAÇÃO	842
149.1 NULIDADE CONTRATUAL, <i>DISGORGEMENT</i> E INDENIZAÇÃO EM FAVOR DO CONTRATADO	844
150 CONTRATAÇÕES E INDICAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	845
150.1 FALTA DE APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	845
CAPÍTULO XII – DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	846
151 MEIOS ALTERNATIVOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	847
151.1 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONTRATUAIS E AS CÂMARAS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS – LEI Nº 13.140/2015	848
152 ARBITRAGEM DE DIREITO	850
153 TERMO ADITIVO PARA INCLUSÃO DE CLÁUSULA ARBITRAL	850
154 PROCESSO DE ESCOLHA DOS ÁRBITROS	850
TÍTULO IV – DAS IRREGULARIDADES	851
CAPÍTULO I – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	851
155 REGRAMENTO SOBRE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	854
155.1 INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	855
155.2 SUJEITO PASSIVO DAS SANÇÕES.....	858
156 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS LICITAÇÕES	858
156.1 DA ADVERTÊNCIA	859
156.2 DA MULTA.....	860
156.2.1 Efeito da multa	861
156.3 DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR.....	861
156.3.1 Efeitos da sanção impedimento de licitar e contratar	861
156.3.2 Amplitude da sanção impedimento	862
156.3.3 Prazo da sanção impedimento.....	862
156.4 DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR.....	862
156.4.1 Declaração de inidoneidade e efeitos	863
156.4.2 Amplitude da sanção declaração de inidoneidade	863
156.4.3 Prazo da sanção declaração de inidoneidade.....	863
156.4.4 TCU e declaração de inidoneidade	864
156.5 APLICAÇÃO DA RESTRIÇÃO GERADA PELAS SANÇÕES IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, DURANTE O CERTAME.....	865
156.6 EFEITO RESTRITIVO DAS SANÇÕES E A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS.....	866
156.7 AFASTAMENTO CAUTELAR DOS EFEITOS RESTRITIVOS DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	866
156.8 COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES.....	867

156.8.1	Declaração de inidoneidade e competência exclusiva	869
156.8.2	Declaração de inidoneidade e conselhos profissionais	869
156.8.3	Aplicação de sanção por autarquia e recurso para ministro	870
156.9	APLICAÇÃO DAS SANÇÕES	871
157	PROCESSAMENTO DA MULTA	872
158	DO PROCESSO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, E DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE.....	872
158.1	PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	874
159	DOS ATOS LESIVOS DA LEI Nº 12.846/2013 – APURAÇÃO E JULGAMENTO CONJUNTO...	875
160	DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	876
161	PUBLICIDADE NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS) E NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP).....	880
162	MULTA MORATÓRIA.....	880
163	REABILITAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO.....	881
CAPÍTULO II – DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS		881
164	DAS IMPUGNAÇÕES.....	882
164.1	IMPUGNAÇÃO E EFEITO SUSPENSIVO.....	883
164.2	IMPUGNAÇÃO E PRECLUSÃO LÓGICA.....	884
164.3	ACOLHIMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	885
164.4	DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO E CABIMENTO DE RECURSO	885
165	RECURSO ADMINISTRATIVO	886
165.1	PRESSUPOSTOS RECURSAIS	886
165.2	RECURSO E LEGITIMIDADE	887
165.3	ESPÉCIES DE RECURSOS NA LEI Nº 14.133/2021 E SEU RITO	887
165.4	COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DO RECURSO.....	890
165.5	RECURSO E AUTORIDADE INCOMPETENTE.....	890
165.6	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022 E O RECURSO ADMINISTRATIVO	891
166	RECURSO E AS SANÇÕES DE ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR	891
166.1	NÃO CABIMENTO DE RECURSO HIERÁRQUICO PRÓPRIO, PARA O MINISTRO DE ESTADO, EM VIRTUDE DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES DISCIPLINARES, POR AUTARQUIA SUPERVISIONADA.....	891
166.2	DO PARECER VINCULANTE AC 51 DA AGU	896
167	PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE.....	898
168	EFEITO SUSPENSIVO	898
168.1	RECURSO ADMINISTRATIVO E APOIO DA ASSESSORIA JURÍDICA.....	900
CAPÍTULO III – DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES		900
169	O CONTROLE NAS CONTRATAÇÕES	902
169.1	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE DE CONTROLE	902
169.2	AS LINHAS DE DEFESA	904
169.3	PREMISSAS DE ATUAÇÃO DAS LINHAS DE DEFESA.....	906

170	ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	906
171	PREMISSAS PARA A ATUAÇÃO DO CONTROLE	907
171.1	DA SUSPENSÃO CAUTELAR DO PROCESSO LICITATÓRIO	908
172	SÚMULAS DO TCU E VINCULAÇÃO (VETADO).....	909
173	DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS E EMPREGADOS PÚBLICOS.....	911
TÍTULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS		911
CAPÍTULO I – DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS		911
174	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).....	913
174.1	DO OBJETIVO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS.....	914
174.2	REALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DE TODOS OS ENTES FEDERATIVOS	916
174.3	COMITÊ GESTOR DA REDE NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	917
174.3.1	Regulamentação do comitê gestor da rede nacional de contratações públicas	918
175	POSSIBILIDADE DE DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR E INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS PRIVADOS.....	919
175.1	APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PNCP	919
175.2	DA DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR DAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS.....	925
176	REGRAS ESPECÍFICAS PARA MUNICÍPIOS COM ATÉ 20.000 (VINTE MIL) HABITANTES	926
CAPÍTULO II – DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS		927
177	ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	930
178	ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NO CÓDIGO PENAL	930
179	ALTERAÇÃO NA LEI DE CONCESSÕES (LEI Nº 8.987/1995)	930
180	ALTERAÇÃO NA LEI DE CONCESSÕES (LEI Nº 11.079/2004)	930
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS		930
181	CENTRAIS DE COMPRAS E COMPRAS COMPARTILHADAS.....	933
181.1	CENTRAIS DE COMPRAS E COMPRAS COMPARTILHADAS.....	934
181.2	CONSÓRCIO PÚBLICO	934
181.3	COMPRAS COMPARTILHADAS SEM UTILIZAÇÃO DO SRP	934
181.4	COOPERAÇÃO E COMPRAS COMPARTILHADAS ENTRE ÓRGÃOS CONTRATANTES NA UNIÃO EUROPEIA	935
182	ATUALIZAÇÃO DOS VALORES FIXADOS PELA LEI Nº 14.133/2021	937
183	DOS PRAZOS INDICADOS NA LEI Nº 14.133/2021	939
184	APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 AOS CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	939
184.1	ALTERAÇÕES PRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.770/2023 NO ARTIGO 184.....	940
184.2	REGIME SIMPLIFICADO PARA INSTRUMENTOS CONVENIAIS DE VALOR REDUZIDO (ART. 184-A)	940
184.3	DISPOSITIVOS VETADOS DA LEI Nº 14.770/2023 QUE ALTERARIAM O ARTIGO 184 E 184-A.....	941
184.4	A DIVERSIDADE DE INSTRUMENTOS CONVENIAIS EXISTENTES.....	943

184.5 TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	945
184.6 DECRETO FEDERAL Nº 11.531/2023 E VEDAÇÕES	945
184.7 DECRETO FEDERAL Nº 11.531/2023, CONDIÇÕES ESSENCIAIS, SUBCONVENIAMENTO E A TITULARIDADE DOS BENS REMANESCENTES EM CONVÊNIOS.....	947
184.8 UTILIZAÇÃO DISSIMULADA DO CONVÊNIO, EM DETRIMENTO DE UM CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	947
184.9 CONVÊNIOS E DENÚNCIA PELO CONVENIENTE	949
184.10 CONVÊNIOS (EM SENTIDO AMPLO) COM ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS.....	950
185 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 ÀS ESTATAIS	952
186 APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA.....	952
187 LICITAÇÕES E PODER REGULAMENTAR.....	952
187.1 PODER REGULAMENTAR X PODER HIERÁRQUICO	954
187.2 PODER REGULAMENTAR X PODER NORMATIVO	955
187.3 REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 PELOS DE MAIS ENTES FEDERATIVOS	956
187.4 APLICAÇÃO DOS REGULAMENTOS EDITADOS PELA UNIÃO, PELOS DE MAIS ENTES	956
188 REGULAMENTAÇÃO EM NORMATIVO ÚNICO (VETADO).....	958
189 DAS REFERÊNCIAS EXPRESSAS AOS ANTIGOS REGIMES LICITATÓRIOS.....	958
190 DOS CONTRATOS ANTERIORES À APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 E ULTRATIVIDADE DA LEGISLAÇÃO ANTIGA	959
191 DA ESCOLHA DISCRICIONÁRIA ENTRE O REGIME LICITATÓRIO NOVO E O ANTIGO	959
191.1 DA OPÇÃO DE USO ALTERNADO DO REGIME NOVO E DO REGIME ANTIGO NO PERÍODO DE CONVIVÊNCIA NORMATIVA.....	961
191.2 A REGRA DE ULTRATIVIDADE DO ARTIGO 191 DA LLLCA E O SIGNIFICADO DE "OPTAR POR LICITAR".....	961
191.3 DEFINIÇÃO NORMATIVA DA "OPÇÃO POR LICITAR" DE ACORDO COM O REGIME ANTERIOR.....	965
191.4 INADEQUAÇÃO DA APLICAÇÃO AUTOMÁTICA DO "PRECEDENTE" IDENTIFICADO NO ACÓRDÃO Nº 2.279/2019 DO TCU	966
191.5 ARTIGO 191 E AS LICITAÇÕES PARA REGISTRO DE PREÇOS REALIZADAS COM BASE NA LEGISLAÇÃO ANTERIOR.....	968
191.5.1 Ultratividade, ata de registro de preços com base na legislação anterior e peculiaridade da adesão.....	970
191.6 APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR AOS CONTRATOS FIRMADOS COM BASE NELA, MESMO APÓS A SUA REVOGAÇÃO	970
191.7 PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS COM BASE NA LEGISLAÇÃO ANTIGA, APÓS SUA REVOGAÇÃO	972
191.8 NÃO APLICAÇÃO DAS LEIS DE LICITAÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS, DIANTE DA REVOGAÇÃO DA LEI Nº 8.666, DE 1993	974
191.9 EXTINÇÃO DO CONTRATO REGIDO PELA LEI Nº 8.666/93, ULTRATIVIDADE NORMATIVA E A APLICAÇÃO DA DISPENSA DE REMANESCENTE	975
192 CONTRATO RELATIVO A IMÓVEL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO.....	975
193 REVOGAÇÃO DOS ANTIGOS REGIMES LICITATÓRIOS	976
194 VIGÊNCIA DA LEI.....	976

PARTE 2
LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (ARTS. 42 A 49)

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	979
1 OBSERVAÇÃO.....	982
2 SÍNTESE SOBRE A EVOLUÇÃO DO ESTADO	982
3 PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	987
4 REGULAMENTO E CONTRATAÇÃO DE OBRAS	989
5 SÍNTESE HISTÓRICA.....	990
CAPÍTULO II – DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA	
E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE	992
6 LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E O TRATAMENTO DIFERENCIADO NAS LICITAÇÕES.....	995
6.1 POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE LICITAÇÃO DA LC 123 POR LEI ORDINÁRIA	997
7 PERTINÊNCIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO.....	997
8 PERDA DO ENQUADRAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	998
8.1 PERDA DO ENQUADRAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL E SERVIÇOS CONTÍNUOS.....	1000
9 PARTICIPAÇÃO DE ME OU EPP EM CERTAME COM VALOR MAIOR QUE O RESPECTIVO ENQUADRAMENTO.....	1000
10 INFORMAÇÃO FALSA E RESPONSABILIDADE	1001
11 SERVIÇO DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA E NÃO INCIDÊNCIA DO SIMPLES NACIONAL.....	1003
12 PESSOAS EQUIPARADAS A ME/EPP (COOPERATIVAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), PRODUTOR RURAL E AGRICULTOR FAMILIAR)	1005
CAPÍTULO V – DO ACESSO AOS MERCADOS.....	1006
SEÇÃO ÚNICA – DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS	1006
13 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA POSTERGADA	1007
13.1 TRATAMENTO DIFERENCIADO E DÉBITOS COM A SEGURIDADE SOCIAL.....	1007
13.2 COMENTÁRIOS À REGULARIDADE POSTERGADA	1008
14 EMPATE FICTO.....	1009
14.1 UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO DESEMPATE FICTO.....	1010
14.2 CONDIÇÃO COMO MICROEMPRESA E VERIFICAÇÃO.....	1011
14.3 EMPATE FICTO E PROCEDIMENTO DE DESEMPATE	1011
15 PRAZO PARA NOVAS PROPOSTAS.....	1012
16 DESEMPATE FICTO E DESESTÍMULO À ECONOMICIDADE	1012
17 DESEMPATE FICTO E OBRIGATORIEDADE	1012
18 LICITANTE COELHO E DESEMPATE FICTO.....	1013
19 MODALIDADES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DO DESEMPATE FICTO	1014
20 CÉDULA DE CRÉDITO MICROEMPRESARIAL	1016

21	LIQUIDAÇÃO DA DESPESA	1017
22	LICITAÇÕES DIFERENCIADAS	1018
22.1	DA APROVAÇÃO DE LEGISLAÇÃO MAIS BENÉFICA POR ESTADOS E MUNICÍPIOS (PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 47)	1018
22.2	LICITAÇÕES EXCLUSIVAS.....	1020
22.2.1	Licitações exclusivas e adesão no Sistema de Registro de Preços.....	1021
22.2.2	Licitações exclusivas e restrição às empresas sediadas no Estado.....	1022
22.2.3	Licitações exclusivas e serviços contínuos.....	1024
22.2.4	Licitações exclusivas e posterior aditamento contratual.....	1025
22.2.5	Licitações exclusivas e aglutinação de itens em grupos.....	1026
22.3	SUBCONTRATAÇÃO.....	1026
22.3.1	subcontratação e indicação de empresa.....	1027
22.3.2	Subcontratação e exigências	1027
22.3.3	Regulamentação federal	1027
22.3.4	Subcontratação e fornecimento de bens.....	1028
22.4	COTA DE 25%	1028
22.4.1	Cota no item x cota de item	1029
22.4.2	Cota de 25% e regulamento federal.....	1031
22.4.3	Cota de 25% e limite sistemático	1032
22.5	PROBLEMAS PRÁTICOS NAS LICITAÇÕES EXCLUSIVAS.....	1038
22.5.1	Licitações exclusivas e itens espelho	1039
22.5.2	Cotas exclusivas e prioridade de contratação	1039
22.6	PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA ME/EPP	1040
23	INAPLICABILIDADE DAS LICITAÇÕES DIFERENCIADAS	1042
23.1	NÚMERO MÍNIMO DE FORNECEDORES COMPETITIVOS	1042
23.2	EXISTÊNCIA DE DESVANTAGEM OU PREJUÍZO	1043
23.3	CONTRATAÇÃO DIRETA	1044
24	REFLEXÃO.....	1044
25	RESTRIÇÃO DA LICITAÇÃO A EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO E INCONSTITUCIONALIDADE.....	1045
26	LEI E RESPEITO À ISONOMIA ENTRE LICITANTES.....	1046
	REFERÊNCIAS	1049
	ÍNDICE REMISSIVO.....	1067